

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT12.009

# CONTRIBUIÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO DE JOVENS E ADULTOS NO PROCESSO DE INCLUSÃO

*DAVI LIBÂNIO DE MÉLO*

Doutor em Ciências da Educação, Christian Business School- CBS, [davi.libanio@yahoo.com.br](mailto:davi.libanio@yahoo.com.br);

*MARIA APARECIDA DANTAS BEZERRA*

Doutora em Ciências da Educação, Christian Business School- CBS, [cidaraulinho@hotmail.com](mailto:cidaraulinho@hotmail.com);

## RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar como acontece as contribuições das políticas públicas na educação do campo na inclusão dos estudantes da educação de jovens e adultos. Na qual, justifica-se nas experiências de dois professores, gestores e coordenadores que atuam na Educação de Jovens e Adultos no município de Escada-PE. A metodologia da pesquisa é de cunho qualitativo descritiva, que permitiu ser realizada as entrevistas com os professores definidos de P1,P2, A e B para não expor as identidades. De acordo com os resultados da pesquisa de forma teórica, foi possível encontrar as políticas públicas voltadas à educação de jovens e adultos na perspectiva da educação do campo com ênfase na educação especial, porém na prática foi encontrada as contradições entre a teoria e a prática como: a falta de formação continuada para os professores da Educação de Jovens e Adultos, o preconceito existente por parte da comunidade escolar, ausências de materiais didáticos e a estrutura física. Nesta perspectiva é notório que a educação do campo é um espaço de formação social, cultural e político, assumindo o compromisso transformador e de enfrentamento excludente na organização social.

**Palavras-chave:** Políticas públicas, Educação do campo, Jovens e Adultos.

## INTRODUÇÃO

---

**A** ponta-se, que a educação é um direito garantido a todo cidadão brasileiro, sendo de qualidade sem discriminação de cor, raça, sexo ou em diferentes contextos sociais. Por isso é preciso ressaltar as políticas públicas voltadas a educação de Jovens e Adultos na educação do campo.

Segundo Caldart (2004, p. 25), destaca a importância da luta por uma educação do campo, que respeite os traços de uma identidade em construção, ou seja, é necessário valorizar as raízes culturais, sociais e intelectuais do homem do campo na construção de seus saberes, respeitando o contexto onde está inserido. Neste sentido é imprescindível não intatizar a Educação de Jovens e adultos (EJA), pois é uma modalidade que foi implantada nas políticas públicas de educação com a perspectiva de atender aos cidadãos que não concluíram a educação Básica na idade certa.

Entende-se, neste sentido no artigo 208, da Constituição Federal de 1988, deixa claro que à educação é para todos e ressalta a inclusão dos que não foram possibilitados ao acesso à escola na idade certa, ou seja, na infância ou na juventude. Com base nesse pressuposto é possível ainda enfatizar os artigos 205 e 206, que definem os objetivos e princípios na integração dos direitos fundamentais à educação visando o pleno desenvolvimento da pessoa como também o preparo para o exercício da cidadania como também a qualificação para o trabalho.

Verifica-se, de acordo com a realidade social no Brasil ainda é possível encontrar alunos com idade de frequentar a escola na modalidade de Educação de Jovens e Adultos fora da escola devido pertencer ao um contexto de vulnerabilidade, principalmente aqueles que apresentam alguma comorbidade ou especificidade do contexto da Educação Especial.

Justifica-se, neste trabalho de pesquisa como base nas práticas de inclusão à educação no município de Escada-PE, sendo um contexto social que pertence a Zona da Mata Sul, conhecido como as princesas canavieira, ou seja, de situação economicamente de vulnerabilidade.

Acredita-se, neste sentido no objetivo geral dessa pesquisa: que refletir no investigar como acontece as contribuições das políticas públicas na educação do campo na inclusão dos estudantes da educação de jovens e adultos. Para elencar a pesquisa resalta-se os objetos específicos: identificar quais as políticas públicas existente que garanta a educação especial na modalidade EJA no campo,

analisar por meios de uma entrevista na escola campo de pesquisa como acontece a inclusão dos estudantes da modalidade EJA público alvo da educação especial no campo.

Entende-se que a escola inclusiva busca métodos diferenciados para atender as expectativas dos estudantes com deficiência e para isso se faz necessários desenvolver recursos diversos que possam favorecer o melhor desempenho do estudante. Neste sentido a instituição regular necessita corporificar as práticas que de fato inclua o estudante no ensino. Assim, é comprometimento de uma escola inclusiva com a perspectiva política de inclusão para contribuir não só com o estudante, mas com a família e a comunidade escolar.

Com base nos relatos históricos da Educação Especial é possível identificar que o seu surgimento foi por volta do século XIX, pois durante esse período de educação apenas estava voltada para atender os alunos surdos e os deficientes visuais. Logo se percebe que os demais eram excluídos do ambiente escolar e social. Porém na atualidade a inclusão não deve ser de forma segregativa, mas integrativa, que possibilite a todos a serem inseridos dentro das turmas de sala de aulas regulares oportunizando a construção de novos saberes. A educação do campo se expressa na luta por espaços representativos de participação social das políticas públicas.

## **METODOLOGIA**

---

Ressalta-se, que em busca de resposta coesa na prática foi adotada a metodologia de cunho qualitativo, com finalidade de entender como são aplicadas as políticas públicas na educação do campo no processo de inclusão, teve como participantes da entrevista os gestores, coordenadores e professores da educação básica sendo escolhido dois gestores escolares sendo uma de cada escola, dois coordenadores pedagógicos e dois professores sendo dois de cada escola, dois professores da EJA da educação do campo para uma entrevista de campo estruturada em duas escolas municipais do município de Escada-PE, localizadas na Zona da Mata Sul. Como critérios utilizados foram as seguintes ferramentas: observações diretas nas escolas escolhidas, um roteiro das perguntas durante a entrevista com dois professores nomeados de P1, P2, A e B para não identificar os envolvidos. contou com dois gestores escolares sendo uma de cada escola.

Apresenta-se, na perspectiva de elencar as informações necessárias para a obtenção dos devidos resultados referentes as políticas públicas na inclusão da

educação de jovens e adultos na educação do campo. Segue as questões durante as entrevistas: existem políticas públicas voltadas à educação de Jovens e Adultos (EJA) na educação do campo? Como é realizada a inclusão do aluno público alvo da educação especial na (EJA) na educação do campo? Existem alunos desse público alvo matriculado em sua escola? Quais maiores dificuldades em incluir esse indivíduo nessa modalidade na educação do campo?

Constitui-se, que desta forma, será questionado sobre o desenvolvimento das políticas públicas na educação de Jovens e adultos nas diferentes formas de compreender o território que os estudantes habitam em seu meio cultural possibilitando o conhecimento do direito de seu território no processo de inclusão.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

---

Evidencia-se, na Educação de Jovens e Adultos o seu surgimento no Brasil durante o período em que os Jesuítas chegaram no país com objetivo de alfabetizar os índios tanto crianças até os adultos, utilizando o evangelho católico para catequizar os que já habitavam no país, que nessa época era uma aldeia. Nesse sentido houve vários interesses pelos padres tendo um período de investimento tanto na área cultural, quanto na intelectual. Mas esta modalidade de ensino só foi estabelecida legalmente no Brasil e definida no Ensino Fundamental e Médio no ano de 1996, com a aprovação da Base Legal pelas Diretrizes e Bases da Educação Nacional conforme a Lei nº 9.394/96. Neste contexto passou a ser destinada aos indivíduos que não frequentaram à escola na idade certa.

Segundo o Artigo 37 da Lei nº 13.632, de 6 de março de 2018, a EJA é destinada aos jovens e adultos que “não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida”.

Conforme, Kolling (2004) ressalta a Câmara da Educação Básica-CEB, no cumprimento do estabelecido na Lei nº 9131/95 e na Lei nº 9394/96- LDB, elaborou diretrizes curriculares para educação infantil, o ensino fundamental e o médio, a educação de jovens e adultos, educação indígena e a educação especial, a educação profissional de nível técnico e a formação de professores em nível médio na modalidade normal. Com base nesse contexto é fundamental apontar que existem políticas públicas voltadas à educação do campo na perspectiva que valoriza

a inclusão do indivíduo da modalidade (EJA), porém muito embora não possa está sendo exercido na prática.

Reflete-se, diante das desigualdades sociais ainda é possível encontrar vários jovens e adultos que não frequentam à escola e isso tem de fato interferido no desenvolvimento social, intelectual e econômico do país, pois mesmo existindo as regulamentações por meios das políticas públicas voltadas à educação ainda há uma defasagem por parte do próprio sistema de educação.

Segundo Libâneo (2013, p. 33) “a escola pode estimular o trabalho coletivo, solidário, negociando, compartilhando”. Com base neste contexto é fundamental que a escola se organize para a integração do aluno público alvo da Educação Especial na educação de Jovens e Adultos, pois segundo a LDB no Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. Diante deste artigo é preciso destacar que a Lei ainda se refere ao público alvo da Educação Especial ainda como portadores, pois mostra que há fragilidades no processo de inclusão frente as políticas públicas. Desta forma Andrade, Guedes e Silva (2016, p. 2) destacam:

Compreende-se, na inclusão em um mundo globalizado, no qual os valores são ditados pela lógica do mercado, é um tanto dissonante, já que os valores divergem do que é essencial. E na maioria das vezes esquece o próprio sujeito, uma vez que ao priorizar certos arquétipos do ideal ou imaginário, distancia-se do primordial que é o ser humano. Já Freire (1996, p. 35) define que “Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação”. Ou seja, o respeito as diferenças na educação precisa existir tendo por ênfase a inclusão dos jovens e adultos na modalidade (EJA).

Segundo Candau (2013, p.8) “o contexto da globalização e suas diferentes leituras exerce forte impacto sobre as reformas curriculares, a formação de educadores, a gestão dos sistemas escolares na atualidade”. É com base nesse contexto que é preciso a adaptação do currículo escolar que de fato atenda as especificidades dos alunos da (EJA).

Revela-se, com o intuito de encontrar os resultados desta pesquisa realizada na duas escolas municipais do município de Escada, envolvendo dois professores, sendo um de cada escola, foi possível observar na prática as complexidades de incluir o aluno público alvo da educação especial na modalidade da educação de

jovens e adultos, pois não foi encontrado nenhum aluno desse público inserido nas turmas da EJA.

Contudo, para ter um respaldo maior foram feitas entrevistas com os professores das escolas envolvidas com a seguinte questão: existem políticas públicas voltadas à educação de Jovens e Adultos (EJA) na educação do campo?

P1	Sim, mas os documentos não passam do papel, porque na prática nessa escola não funciona.
P2	Acredito que sim, mais muito embora não é a realidade.

Apresenta-se, com base nas respostas das entrevistas, ambas afirmaram que as políticas existem, porém não é encontrada na prática, pois ainda falta muito para que a educação de jovens e adultos na perspectiva da educação especial seja de fato exercida na educação do campo. Para Caldart (2004, p.34) ressalta que “A educação do campo não cabe em uma escola, mas a luta pela escola tem sido um de seus traços principais”. É provável que a educação do campo estão as margens dos descasos por meios das políticas públicas, principalmente quando se trata de educação especial no campo. Continuando com as entrevistas os professores foram questionados com a seguinte pergunta: Existem alunos desse público alvo matriculado em sua escola?

P1	Não, pois já é difícil trabalhar com os ditos normais sem nenhuma estrutura e pense ainda ter alunos especiais na EJA.
P2	Já foi realizada a matrícula, mas o aluno deixou de frequentar.

Origina-se, diante da realidade vivenciada na educação de jovens e adultos na educação do campo em relação a educação especial conforme as entrevistas, foi possível identificar que existem barreiras a serem enfrentadas no município de Escada-PE, pois a ausência de estrutura física e o despreparo pedagógico contribuem para que não existam alunos do público alvo da educação especial inclusos na EJA, e quando é realizada a matrícula o aluno abandona a escola por não ser de fato incluído no processo de ensino aprendizagem. Por fim foram abordados com a última pergunta: Quais maiores dificuldades em incluir esse indivíduo nessa modalidade na educação do campo?

P1	A falta de formação voltada a educação do de jovens e adultos, ausências dos materiais didáticos específicos, estruturas físicas etc.
P2	O preconceito da própria comunidade do campo, pois para eles as pessoas desse público são incapazes, sem contar com o despreparo pedagógico devido à falta de formação entre outras situações.

Percebe-se, que a instituição de ensino regular da EJA Campo deve ofertar aos estudantes com deficiência um olhar diferenciado a respeito do desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, tendo em vista que a aprendizagem acontece de forma e tempo diferente.

Deu-se, neste véis, a necessidade das atividades, cujo sejam adaptadas para os estudantes respeitando o seu tempo de aprendizagem por isso que deve ter o compromisso dos profissionais que atuam em sala de aula sejam para contribuir com os professores das turmas regulares de ensino da EJA Campo, ou seja, profissional que tenha formação apropriada para contribuir com os estudantes.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Lei 13.146 - 07/2015, Capítulo IV, Art. 27, Parágrafo Único estabelece que “É dever do Estado, da Família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação”.

Registra-se, com base nas respostas das professoras a compreensão da educação de jovens e adultos na educação do campo em relação a educação especial no município campo de pesquisa tem enfrentado grandes desafios, pois os despreparos dos docentes, a ausências de materiais didáticos, o preconceito da comunidade escolar tem sido uma barreira para que de fato a educação seja de qualidade e inclua todos os indivíduos do campo.

Apresenta-se, para entender melhor o processo de inclusão dos estudantes com deficiência na inclusão das turmas de ensino regular o resultado da entrevista com dois coordenadores pedagógicos e dois professores das turmas de ensino regular do Ensino Fundamental dos anos iniciais do município de Escada-PE. Tendo como questionamento inicial: Como acontece a inclusão da pessoa com deficiência nas turmas de ensino regular em sua instituição?

**Tabela 01: Respostas dos Coordenadores e Professores.**

<b>ESCOLA A</b>	<b>ESCOLA B</b>
COORDENADOR1: Ainda não se pode garantir que existe de fato a inclusão, mas sim uma exclusão, pois realizar a matrícula e não atender de fato o aluno e incluir para excluir.	COORDENADOR 2: Acho que ainda está sendo trabalhada essa questão, pois a ausência do profissional habilitado, a falta de recursos adequados nos deixam em processo mais para exclusão do que inclusão.
PROFESSOR 1: Não existe inclusão, pois o aluno apenas é matriculado na escola para passar tempo.	PROFESSOR 2: acredito que estamos caminhando, pois busco fazer o que posso para que exista a acolhida desses alunos, porém no momento está mais para exclusão do que para inclusão.

Detalha-se, que de acordo com as informações dos coordenadores de professores das escolas entrevistadas foi possível verificar que o processo de inclusão do estudante com deficiência no ambiente escolar com ênfase nas turmas regulares de ensino deixa a desejar, pois todos destacam que a inclusão está mais voltada para uma segregação.

Neste contexto, destacamos o coordenador pedagógico como um agente articulador, formador e transformador das instituições escolares, capaz de contribuir grandemente para o sucesso das entidades de ensino. Por meio do desenvolvimento de um trabalho coletivo pautado na ação-reflexão-ação, acreditamos que poderá romper barreiras que dificultam um ensino de qualidade para todos os alunos. (OLIVEIRA E GUIMARÃES, 2013, p. 1)

Para compreender melhor a realidade foi questionada: O que a secretaria de educação do município tem feito para poder incluir os estudantes com deficiência nas turmas da EJA Campo?

**Tabela 02: Respostas dos Coordenadores e Professores.**

<b>ESCOLA A</b>	<b>ESCOLA B</b>
COORDENADOR1: Tem adaptado o espaço físico, contratado cuidadores para as salas de aula regular, porém sem formação docente.	COORDENADOR 2: Existem um contrato de uns cuidadores para acompanhar o aluno em sala, mas o mesmo não tem formação inicial e habilitação em salas de inclusão.
PROFESSOR1: Existe o profissional de apoio, porém não possuem conhecimento pedagógico algum, que na verdade é apenas alguém para cuidar.	PROFESSOR 2: Existe um cuidador em sala para acompanhar e cuidar de duas ou três crianças especiais na mesma sala.

Salienta-se, que a inclusão dos estudantes acontece de forma segregativa, pois tanto os coordenadores e professores enfatizaram a precariedade existente em incluir o estudante nas turmas de ensino regular. Contudo é perceptivo que ainda precisa melhorar o processo de inclusão na perspectiva da acolhida dos estudantes nas turmas do ensino regular. Registra-se, com objetivo de compreender como os gestores, coordenadores e professores tem buscado melhorias para esta realidade atual foi questionado: o que a gestão e todo corpo docente tem feito para que aconteça a inclusão?



**Tabela 03: Respostas dos Coordenadores e Professores**

ESCOLA A	ESCOLA B
COORDENADOR 1: Temos realizado palestras na escola com o corpo docente junto ao gestor e professores para buscarmos caminhos que propicie a inclusão escolar.	COORDENADOR 2: são realizadas reuniões periódicas com o gestor, professores e família com intuito de oferecer melhorias aos alunos especiais.
PROFESSOR 1: Não vejo muita coisa sendo realizada por parte do coordenador e gestor, pois os alunos são colocados na sala de aula regular a não temos assistências necessárias.	PROFESSOR 2: infelizmente a inclusão só existem na teoria, mas na prática está muito longe, pois os alunos são matriculados para serem excluídos.

Percebe-se, que entre as colocações dos coordenadores e dos professores existem controversas, pois os coordenadores descrevem que fazem as devidas intervenções, porém os professores discordam das falas dos coordenadores pedagógicos. Assim, foi necessário questionar como os professores têm reagido no acolhimento dos estudantes com deficiência na sala de aula regular?

**Tabela 04: Respostas dos Coordenadores e Professores.**

ESCOLA A	ESCOLA B
COORDENADOR 1: Sinto dificuldade em ver o professor acolher de fato o aluno na sala de ensino regular.	COORDENADOR 2: Há uma resistência por parte do professor da turma regular.
PROFESSOR 1: Sinto inseguro, pois não estou preparado para esta realidade, devido não ter formação continuada e nem específica para atender alunos com especificidades diferentes.	PROFESSOR 2: Não tenho segurança para este público alvo, pois não fui preparado para esta realidade, principalmente pela quantidade de alunos na turma e ainda ter 2 crianças com especificidades diferentes.

Compreende-se, referente ao questionamento que existem resistências por parte dos professores frente aos desafios da inclusão uma vez que não tem formação adequada para atuar com alunos especiais nas turmas de ensino regular, que termina interferindo de forma negativa a inclusão do aluno na sala de aula. Segundo Libânio (2013, p.25): As didáticas é o principal ramo de estudo da pedagogia. Ela investiga os fundamentos, condições e modos de realização da instrução e do ensino.”

Coletaram-se, em vista que o investimento no preparo das ações didáticas dos professores sejam um dos maiores desafios, sem contar com a quantidade de alunos com especialidades diferentes por sala. Para condensar os resultados da pesquisa foi feita a última questão: De que forma os professores de apoio contribuem na inclusão das turmas regulares de ensino?

**Tabela 05: Respostas dos Coordenadores e Professores.**

ESCOLA A	ESCOLA B
COORDENADOR 1: Os professores de apoio por não ter formação pedagógica a secretariadeeducação- ferece capacitação técnicas com oficinas para dá suportes nas atividades regulares.	COORDENADOR 2: São oferecidas capacitações pela secretaria de educação para os cuidadores, pois não possamos definir como professor porque não tem formação acadêmica.
PROFESSOR 1: Por não serem profissionais habilitados na docência a secretaria de educação oferece oficinas técnicas,porémresultadoé insatisfatório.	PROFESSOR: Não vejo muita coisa em benefício, pois oficinas técnicas não são formações que habi- lite o apoio está em sala de aula inclusiva, e assim, termina na maioria das vezes atrapalhando o nosso trabalho com o aluno especial.

Condensando os resultados entre os entrevistados citados acima teve como resultado a insatisfação dos coordenadores pedagógicos e professores sobre aos profissionais que são inseridos nas turmas de ensino fundamental na sala regular devido à ausência de formações específicas que habilitem esses profissionais no campo da educação inclusiva.

Durante este trabalho de pesquisa foram entrevistados dois gestores das escolas públicas do município de Escada no Estado de Pernambuco em duas esco- las nomeadas de Escola A e de Escola B descrita na metodologia de trabalho, tendo em vista como acontece o processo de inclusão da criança com deficiências, altas habilidades e superdotação.

Aponta-se, que para nortear a pesquisa fora realizada uma entrevista com os gestores escolares de forma virtual devida o cenário da pandemia. Neste sentido após as apresentações via Google Meet com a seguinte questão:

Quais os desafios em incluir o estudante com deficiência na turma de ensino regular do Ensino Fundamental dos anos iniciais?

**Tabela 06: Respostas dos Gestores.**

ESCOLA A	ESCOLA B
GESTOR 1	GESTOR 2
São as adaptações curriculares, físicas do espaço escolar, a resistências dos pais dos alunos ditos normais e o preconceito.	Acredito que é a falta de formação de profissionais especializados, a ausência de recurso didático e o preconceito.

De acordo com as respostas dos gestores foi possível identificar que a rea- lidade do processo de inclusão tem sido diferente em cada escola, porém em se

tratar do preconceito foi evidente que ainda existem resistências da permanência da criança com especialidades na turma de ensino regular.

Nota-se, que é necessário que o gestor escolar adapte e organize o currículo junto com o coordenador pedagógico para favorecer um espaço que garanta a inclusão do aluno especial nas turmas de ensino regular.

Portanto, é necessário, que o gestor esteja devidamente equipado para criar e sustentar um ambiente que promova e incentive a participação ativa de todos, dando destaque à responsabilidade que possui no bom desenvolvimento do processo educacional. (BIZOL e DUTRA, 2018, p.4)

Com base nessa articulação teórica citada acima que se define o campo de atuação do gestor com objetivo de garantia da participação ativa de todos os alunos no ambiente escolar, tendo a maior ênfase na inclusão do aluno no ensino regular. Neste sentido foi perguntado: A escola está preparada para incluir o aluno especial na sala de inclusão?

**Tabela 07: Respostas dos Gestores.**

<b>ESCOLA A</b>	<b>ESCOLA B</b>
<b>GESTOR 1</b>	<b>GESTOR 2</b>
Acredito que ainda não está totalmente adaptada, pois falta muito a ser feito.	Acho que estou tentando atender a este público alvo, porém está em processo de adequação, mesmo sabendo que já devíamos estar adaptados, mas a responsabilidade está no próprio sistema que não nos permite fazer um trabalho adequado.

Frente aos resultados dos gestores foi possível ressaltar que as escolas ainda não estão devidamente prontas para receber os alunos especiais, porém está em processo de inclusão porque nem sempre as resoluções dos obstáculos estão no domínio do gestor escolar, mas perpassa por outras instâncias como se refere o gestor da escola B, quando ressalta que o próprio sistema não oferece as devidas soluções. Desta forma foi necessário questionar os gestores com a seguinte questão: O que você tem feito para melhorar o processo de inclusão na sua escola enquanto gestor escolar?

Tabela 08: Respostas dos Gestores.

ESCOLA A	ESCOLA B
GESTOR 1	GESTOR 2
Tenho me reunido com o coordenador pedagógico para debatermos junto aos professores melhores estratégias de ensino que valorize a aprendizagem significativa do aluno com qualquer especificidade.	São realizadas reuniões periódicas com o coordenador pedagógico e todos os professores do ensino regular como também com o professor de apoio, mas o resultado ainda é abaixo do esperado devido à própria resistência por parte da família.

Diante da situação pode-se refletir na prática do professor e gestor escolar a responsabilidade de formar sujeitos críticos com autonomia no processo de construção do conhecimento.

Segundo André (2016, p. 20):

O que nos leva a defender o desenvolvimento de um sujeito autônomo, com ideias próprias, capazes de se movimentar diante da realidade, escolhendo caminhos e se comprometendo com os resultados de suas escolhas, é o desejo de que ele evolua em seu processo de humanização e esteja mais bem preparado para exercer a sua atividade docente, a fim de propiciar uma aprendizagem significativa ao aluno.

Frente aos resultados das análises das respostas dos gestores a esta situação de intervenção nota-se que afirmam em promover reuniões com objetivos de melhorias na inclusão escolar do aluno especial, porém o gestor 2 ressalta o descompromisso por parte da família em cooperar no processo de ensino aprendizagem. Em continuidade foi perguntado aos gestores das escolas: existe sala de AEE- Atendimento Educacional Especializado com o profissional habilitado?

Tabela 09: Respostas dos Gestores.

ESCOLA A	ESCOLA B
GESTOR 1	GESTOR 2
Tenho a sala, porém não tem os materiais devidos e nem o profissional habilitado, pois quem faz o papel é um estudante do curso de pedagogia que está cursando o 5º período.	Tem o espaço, porém não está adequado para fazer qualquer tipo de atendimento e nem muito mesmo o profissional habilitado.

Referente ao contexto das respostas dos entrevistados ambos enfatizaram que a sala de atendimento especializado até existe, porém de forma inadequada por

não ter profissionais com formações específicas, que de fato atuem na inclusão do aluno com suas especificidades.

O professor do ensino regular e professor especializado compartilham este espaço, buscando de forma efetiva, as práticas pedagógicas con- dizes para que todos os alunos sejam beneficiados em seu processo de ensino e aprendizagem, com estratégias e atividades organizadas, a partir das necessidades dos alunos público alvo da educação especial. (FERREIRA, LIMA E GARCIA, 2015, p. 2)

Frente a este discurso citado pelos gestores escolares surge a última questão das entrevistas com os gestores escolares: o que você deveria fazer para que esse quadro fosse modificado na inclusão do aluno especial na turma de ensino regular?

**Tabela 10: Respostas dos Gestores.**

<b>ESCOLA A</b>	<b>ESCOLA B</b>
<b>GESTOR 1</b>	<b>GESTOR 2</b>
Já solicitei a secretaria de educação SEDUC, que contratasse um especialista para o atendimento educacional especializado, um psicopedagogo institucional para atuar junto ao professor pedagogo em um trabalho multidisciplinar com a perspectiva de melhorias para o aluno ser de fato incluso, porém até o momento não foi atendido o meu pedido.	Como de fato não tem os profissionais habilitados dentro da instituição e a secretaria de educação não contrata, tenho encaminhado o aluno especial para um psicopedagogo externo, pois a família que tem condições financeiras busca alternativas por outros caminhos como acompanhamento na AACD.

De acordo com o discurso de cada gestor escolar ficou claro que a inclusão da criança com necessidades educativas especiais no ensino regular do município de Escada-PE, ainda vem tendo diversas dificuldades, pois os desafios maiores tem sido a ausência de profissionais adequados para os atendimentos educacionais especializados, o preconceito por parte da comunidade escolar, a ausência de políticas de comprometimentos com quem de fato necessita de um olhar diferenciado, a falta de formações específicas.

Segundo Barros (2013, p.19):

A administração escolar atravessa hoje, em muitos países, uma fase de profunda transformação. Essa transformação traduz-se em diferentes medidas, que têm por objetivo: alargar e definir o conceito de escola; reconhecer e reforçar a sua autonomia; promover a associação entre escolas e a sua integração em territórios educativos mais vastos; adaptar modalidades de gestão específicas e adaptadas à diversidade das situações existentes.

Quando se fala em gestão escolar é bem comum se pensar no profissional que toma as devidas iniciativas dentro da instituição de ensino, porém essa concepção não é uma característica de um gestor que busca a sistematização do ensino centrado no estudante, mas voltado as realidades de cada estudante, podendo ser de ordem cultural, social ou educacional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

De acordo com os resultados da pesquisa de forma teórica foi possível encontrar as políticas públicas voltadas à educação de jovens e adultos na perspectiva da educação do campo com ênfase no contexto da proposta das políticas públicas, porém na prática foram encontrados contradições entre a teoria e a prática, pois segundo os professores das duas escolas campo de pesquisa apontaram alguns elementos que tem dificultado essa modalidade de ensino na educação do campo, pois o despreparo profissional é um problema a ser enfrentado por não existir formação adequada, o preconceito da comunidade escolar, ausências de recursos didáticos que atenda a realidade do aluno público alvo da educação especial no campo e a estrutura física das escolas que não contemplo a realidade do contexto da educação esperada para o campo.

Descreve-se de acordo com a análise da pesquisa que o desenvolvimento da perspectiva de uma Educação Especial de natureza inclusiva no município de Escada-PE, foi possível perceber os desafios encontrados para inserir os estudantes com deficiência nas turmas de ensino regular, pois a falta de investimento nesta atuação da educação tem deixado o processo de inclusão em construção.

Em consideração da situação atual nas escolas públicas foi identificado que existem salas de AEE- Atendimento Educacional Especializado, porém não existem profissionais habilitados para fazerem as devidas intervenções, a ausência de formação inicial e continuada de forma específica que atenda às necessidades dos estudantes.

Percebe-se, que os materiais de apoio pedagógico não são suficientes para atender as necessidades dos estudantes, o professor de apoio nas turmas regulares não tem formação acadêmica e que a secretaria de educação apenas oferece oficinas técnicas para os cuidadores, contudo ainda foi enfatizado a quantidade de estudantes com especialidades diferentes inseridos na mesma sala regular.

Acredita-se, que precisa de um olhar diferenciado por parte da gestão escolar, coordenador pedagógico, professores, secretário de educação e comunidade com interesses que venha favorecer a inclusão do estudante no ensino regular, enquanto existir essa divergência entre os envolvidos na educação regular possivelmente vai existir um resultado de segregação.

Evidencia-se, com esta pesquisa de campo os resultados com perspectivas de desvendar os olhos dos envolvidos na educação Especial de caráter inclusivo. Assim, possibilitará um olhar humano com os estudantes com deficiência que frequentam o ensino regular do município citado.

## **REFERÊNCIAS**

---

ANDRÉ, Marli. Formar o professor pesquisador para um novo desenvolvimento profissional. In: **Práticas Inovadoras na formação de professores**. Campinas, SP: Papyrus, 2016.

ANDRADE, Daniel de Souza. GUEDES, Maria do Socorro. SILVA, Sílvio César Lopes da. **A EJA e inclusão: uma reflexão necessária a partir do contexto escolar e da sala de aula**. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2016/TRABALHO\\_EV060\\_MD1\\_S\\_A14\\_ID3998\\_22102016105118.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2016/TRABALHO_EV060_MD1_S_A14_ID3998_22102016105118.pdf). Acesso em: 07/06/2023.

BARROSO, João. O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal. In: **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2013.

BIZOL, Kátia Maria Fabiani. DUTRA, Jorge da Cunha. **O papel do gestor na unidade escolar: desafios e possibilidades**. 2018. Disponível em: <http://abelardoluz.ifc.edu.br/wp-content/uploads/2019/02/TC-Katia.pdf>. Acesso em: 18/06/2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 07/06/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**/ Secretaria de Especial- MEC, SEESP, 1996.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: **Educação do campo: identidades e políticas públicas**. Brasília, DF: articulação nacional por uma educação do campo, 2022.

CANDAU, Vera Maria. Currículo, didática e formação de professores: uma teia de ideias-força e perspectivas de futuro. In: **Currículo didática e formação de professores**. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

FERREIRA, Simone de Mamann. LIMAA, Eloisa Barcellos de. GARCIA, Fernanda Albertina. **O Serviço de Atendimento Educacional Especializado/AEE e Práticas Pedagógicas na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Davi/Downloads/14993-37319-1-PB.pdf>. Acesso em: 18/06/2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KOLLING, Edgar Jorge. **Educação do campo: identidades e políticas públicas**. Brasília, DF: articulação nacional por uma educação do campo, 2022.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. -6.ed.rev.e ampl. – São Paulo: Heccus Editora.